

## ANEXO 5.1

[NEWCO S.A.]

### ESTATUTO SOCIAL

#### **DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL**

**Artigo 1º.** A [NEWCO S.A.] é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede social e foro jurídico na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Parte 2, Butantã, CEP 05501-050, São Paulo/SP.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

**Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros correlacionados, negócios de (a) produção, importação, exportação e comercialização de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente a cultura, industrialização e comercialização da cana-de-açúcar para produção de açúcar, etanol e derivados; (b) fabricação, importação, exportação e comercialização de derivados da cana-de-açúcar, podendo atuar como agente, representante ou consignatária; (c) importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (d) exploração agrícola em terras próprias ou de terceiros; (e) produção, fornecimento, distribuição e comercialização de energia elétrica; (f) administração de bens imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; e (g) logística e serviços de armazenagem, embalagem e transporte de produtos.

#### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ [---] ([por extenso]), dividido em [---] ([por extenso]) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a propriedade das

ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

**Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária dá direito a 01 (um) voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais.

**Parágrafo 2º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ [--] ([*por extenso*]), mediante emissão de ações ordinárias nominativas.

**Parágrafo 3º.** No limite do capital autorizado, o Conselho de Administração terá competência para deliberar sobre o aumento de capital e a emissão de novas ações, na forma da lei e deste estatuto social.

**Parágrafo 4º.** A Companhia apenas poderá emitir ações ordinárias.

**Artigo 6º.** Os acionistas terão preferência para subscrição de novas ações, na proporção das ações já anteriormente possuídas, na forma da lei.

**Artigo 7º.** A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 8º.** A administração da Companhia cabe ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros terão prazo de gestão de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, com atribuições fixadas em conformidade com as disposições legais e com este estatuto social, ficando dispensados de prestar caução de gestão.

**Parágrafo 1º.** Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração da administração, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

**Artigo 9º.** Ressalvado o disposto no presente Estatuto, qualquer dos órgãos de administração se reunirá validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes.

**Parágrafo Único.** A convocação da reunião será dispensada sempre que presentes todos os membros do órgão em questão. São considerados presentes os membros dos órgãos da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação com efetiva comprovação da identidade do membro votante e de recebimento.

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 10º.** O Conselho de Administração será composto de 05 (cinco) membros, todos eles eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 02 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pelos próprios conselheiros, em deliberação por maioria simples, com mandato de 02 (dois) anos, permitida reeleição.

**Parágrafo 2º.** Havendo ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído por um Conselheiro por ele indicado.

**Parágrafo 3º.** O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

**Parágrafo 4º.** Ocorrendo vacância no cargo de Conselheiro, será nomeado um substituto pelos Conselheiros remanescentes. Ocorrendo vacância na maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para preenchimento dos cargos vagos.

**Artigo 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por bimestre; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo. As reuniões do Conselho serão realizadas mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, sempre com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela reunião, se houver.

**Parágrafo 1º.** Qualquer Conselheiro poderá, por solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia.

**Parágrafo 2º.** O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião.

**Parágrafo 3º.** As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

**Parágrafo 4º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

**Parágrafo 5º.** Qualquer reunião do Conselho de Administração será instalada com a maioria dos seus integrantes, desde que presentes, pelo menos, 2 (dois) Conselheiros independentes.

**Artigo 12.** Além das matérias previstas em lei, serão deliberadas em Reunião do Conselho de Administração as seguintes matérias:

- a) aprovação do Plano de Negócios da Companhia;
- b) eleição, fixação de atribuições e destituição dos Diretores da Companhia;
- c) proposição à Assembleia Geral Ordinária da Companhia da remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários;
- d) eleição e destituição de auditores independentes;
- e) apreciação do Relatório da Administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras da Companhia;

- f) recomendação à Assembleia Geral Ordinária de aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia com o parecer do auditor independente, bem como do Relatório dos Administradores;
- g) deliberação sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;
- h) recomendação à Assembleia Geral sobre a destinação de resultados do exercício social e sobre a distribuição de dividendos;
- i) apresentação à Assembleia Geral proposta de reforma do estatuto social;
- j) recomendação à Assembleia Geral sobre a realização de operações societárias da Companhia e suas controladas;
- k) definição do valor global da participação dos lucros e resultados (PLR);
- l) negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação;
- m) contratação de seguros para os administradores da Companhia (D&O) e indenidade;
- n) constituição de Comitês de apoio ao Conselho de Administração, estabelecendo regimentos e designando os membros titulares e respectivos suplentes; e
- o) deliberar a respeito da emissão de bônus de subscrição pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado.

## **DIRETORIA**

**Artigo 13.** A Diretoria será constituída de 03 (três) Diretores, dentre eles 01 (um) Diretor Presidente, que será indicado e eleito pelo Presidente do Conselho de Administração, e os demais Diretores sem designação específica, que serão indicados pelo Diretor Presidente para aprovação do Conselho de Administração.

**Artigo 14.** Em caso de impedimento ou de ausência do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

**Artigo 15.** No caso de impedimento ou de ausência de qualquer dos demais membros da Diretoria, o Diretor Presidente deverá indicar o substituto dentre os demais Diretores.

**Artigo 16.** Em caso de vacância na Diretoria, a substituição deve ser deliberada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 17.** Compete aos Diretores a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhe são atribuídos por lei e por este estatuto social.

**Artigo 18.** Ao Diretor Presidente da Companhia compete, especificamente:

- a) promover a execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) coordenar o processo de fixação dos rumos negociais e de elaboração dos programas e atribuições dos demais Diretores, bem como do acompanhamento de sua execução e elaboração dos respectivos relatórios;
- c) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa ou passivamente;
- d) implantar a política sobre conformidade na Companhia;
- e) individualizar a remuneração dos demais Diretores da Companhia;
- f) providenciar a elaboração do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia; e
- g) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam de atribuição de outros órgãos.

**Artigo 19.** É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 2 (dois) membros da Diretoria.

**Parágrafo Único.** As procurações deverão conter poderes específicos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

**Artigo 20.** Com as exceções constantes neste estatuto social, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de (a) 2 (dois) Diretores; ou (b) 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador ou 2 (dois) Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do artigo 19 deste estatuto social.

**Parágrafo 1º.** Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

**Parágrafo 2º.** Em casos especiais poderão ser outorgados a 1 (um) só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do artigo 19 deste estatuto social.

### **COMITÊS CONSULTIVOS**

**Artigo 21.** O Conselho de Administração terá, como órgãos de assessoramento, um Comitê Agrícola, um Comitê de Finanças, Investimentos e Auditoria, um Comitê de Conformidade e um Comitê de Pessoas e Organização, que deverão, no âmbito de suas competências, fornecer subsídios às decisões do Conselho de Administração e, se este assim determinar, auxiliar a Diretoria na implementação de políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º.** O Comitê Agrícola será composto por 1 (um) membro do Conselho de Administração, e mais 2 (dois) convidados efetivos, que podem ser ou não Conselheiros, a ser escolhido pela maioria dos membros do Conselho de Administração, sendo que competirá a este Comitê Agrícola o acompanhamento do Plano de Capex e do Plano Desenvolvimento Agrícola.

**Parágrafo 2º.** O Comitê de Finanças, Investimentos e Auditoria será composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração, sendo que competirá a este Comitê de Finanças, Investimentos e Auditoria avaliar e subsidiar o Conselho de Administração quanto a riscos financeiros e a contratação e o acompanhamento dos trabalhos dos auditores externos.

**Parágrafo 3º.** O Comitê de Conformidade será composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração, sendo que competirá a este Comitê de Conformidade proceder à auditoria interna e disposições sobre as interfaces com a auditoria externa, no que se refere a eventos de não conformidade e aprimoramento de controle e de processos, liderando diretamente o CCO e o responsável por auditoria interna, garantindo a independência de atuação de cada um destes.

**Parágrafo 4º.** O Comitê de Pessoas e Organização será composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração, sendo que competirá a este Comitê de Pessoas e Organização o

acompanhamento na formação de lideranças e sucessores, parâmetros de remuneração e assuntos relativos à sustentabilidade dos empregados e colaboradores.

**Artigo 22.** As regras sobre a realização de reuniões dos comitês, produção de atas e relatórios com recomendações para o Conselho de Administração, funções, deveres e responsabilidades, remuneração, entre outras serão definidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 23.** Os comitês consultivos deverão reunir-se bimestralmente, deliberando por maioria simples dos seus integrantes.

**Parágrafo 1º.** As reuniões dos comitês consultivos poderão se realizar de forma conjunta entre os comitês, ou ainda com o Conselho de Administração, caso assim se entenda necessário diante da natureza da matéria.

**Parágrafo 2º.** Cada comitê consultivo contará, dentre os seus membros, com um presidente, que deverá gerenciar as atribuições do comitê, organizando a pauta de suas reuniões, supervisionando a lavratura das atas correspondentes, informando o conselho de administração sobre os trabalhos do comitê e atuando junto à diretoria no auxílio necessário à implementação das políticas internas incluídas no âmbito de suas atribuições.

**Parágrafo 3º.** As deliberações e pareceres de cada comitê consultivo serão lavrados em livros a serem abertos e mantidos pela Companhia em sua sede.

**Parágrafo 4º.** Sempre que necessário, os membros da Diretoria ou do Conselho de Administração poderão ser convidados a participar das reuniões dos comitês consultivos.

## **ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Artigo 24.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término de cada exercício social, competindo-lhe tomar as deliberações previstas em lei.

**Parágrafo 1º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que atendam os requisitos previstos na legislação aplicável.



**Parágrafo 2º.** As formalidades de convocação serão dispensadas se todas as acionistas estiverem presentes na assembleia geral.

**Artigo 25.** A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais, este estatuto social ou a legislação em vigor exigirem o pronunciamento dos acionistas.

**Artigo 26.** A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida pelo representante do acionista majoritário presente na Assembleia, que designará um dos presentes para ser o secretário.

**Parágrafo Único.** Na hipótese de ausência de representante do acionista majoritário, a responsabilidade por instalar e presidir as Assembleias Gerais caberá à pessoa escolhida por maioria de voto dos acionistas presentes.

**Artigo 27.** Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia.

### **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 28.** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, desde que sejam preenchidos os requisitos exigidos por lei.

**Artigo 29.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será constituído por 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, com as atribuições previstas em lei.

**Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

### **EXERCÍCIO SOCIAL**

**Artigo 30.** O exercício social terá início em 1º de abril e terminará em 31 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

**Parágrafo 1º.** Do resultado do exercício, após as deduções de prejuízos acumulados e provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei.

**Parágrafo 2º.** Do lucro líquido do exercício, aplicar-se-ão 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, sendo o restante destinado na forma da lei e da deliberação em Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º.** Durante o exercício social, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, a qualquer tempo, para atender exigências legais ou conveniências sociais, inclusive para distribuição de dividendos.

**Parágrafo 4º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados no prazo de 03 (três) anos a contar da data da publicação do ato que autorizar sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

## **LIQUIDACÃO**

**Artigo 31.** Em caso de liquidação da Companhia, a Assembleia Geral nomeará um liquidante com os poderes necessários, que procederá de acordo com as leis vigentes.

## **ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Artigo 32.** Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela Companhia quando arquivado em sede.